

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.829 - MG (2019/0299692-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ODILON DE OLIVEIRA JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS DINIZ DE JESUS LOPES - MG156003
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Odilon de Oliveira Junior**, contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem no *writ* ali impetrado, mantendo a segregação cautelar do recorrente (fls. 81/86 – *Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.19.098006-0/000), decretada pelo Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da comarca de Juiz de Fora/MG, ao fundamento de garantia de ordem pública (fls. 33/35 – Autos n. 0174022-89.2019.8.13.0145), pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas (66 buchas de cocaína, sem indicação do peso – fl. 19).

No presente recurso, alega-se deficiência de fundamentação do decreto preventivo, sustentando que *o paciente, não pode sofrer a reprimenda do cerceamento da liberdade, por possuir antecedentes. E mais, o paciente demonstrou após audiência de custódia que possui residência fixa, juntou o contrato de arrendamento, documento de compra e venda do veículo, como alguns recibos de que hoje exerce a profissão de eletricista* (fl. 11).

Postula, então, o conhecimento e provimento liminar do recurso para que seja revogada a prisão preventiva imposta ao recorrente, *mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, com a imediata expedição de alvará de soltura em favor do paciente, aguardando em liberdade para que possa responder ulteriores termos do processo crime* (fl. 18).

É o relatório.

Busca o recurso a revogação do acautelamento provisório do recorrente, decretado ao fundamento de garantia de ordem pública, pela prática, em tese, do crime de tráfico de drogas (66 buchas de cocaína, sem indicação do peso – fl. 19), ao argumento de deficiência de fundamentação.

Superior Tribunal de Justiça

Inicialmente, transcreve-se do decreto preventivo (fls. 34/35):

[...] O **MM. Juiz proferiu a decisão. Vistos.** Trata-se de audiência de custódia de autuados em flagrante delito pelo crime previsto na Lei 11343/06. Os autuados prestaram esclarecimentos a respeito de suas condições pessoais e colhidas as judiciosas manifestações do Ministério Público e da defesa. É o relatório. Decido. Os limites da audiência de custódia são aqueles concernentes à verificação de regularidade da prisão e/a integridade física do autuado. Neste sentido, constato que o APF não [...] que os autuados não relataram abuso de autoridade. Os conduzidos negaram a prática do ato, todavia não vislumbrando irregularidade na lavratura do APF e não havendo mínima prova de que a versão do APF seja falsa, não vejo como, nesse momento, em face da especificidade desta audiência relaxar a prisão ou conceder liberdade provisória. A meu juízo, a prisão preventiva deve ser decretada, como acertadamente manifestou o Ministério Público, em óbice à concessão de liberdade provisória, requerida pelas defensoras dos conduzidos. Ao revés, diante do auto de prisão em flagrante, sujeitam-se os autuados, em análise prévia, ao decreto de prisão preventiva como garantia da ordem pública, existindo prova da infração e indícios suficientes de autoria. Diante de tal perspectiva, o caso é de se **CONVERTER A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA**, com fundamento na garantia da ordem social, conforme o art. 312, caput, Código de Processo Penal e, ainda, deixando de substituir a medida coercitiva da liberdade por medidas cautelares, nos termos do art. 282, CPP, em razão de demanda de análise aprofundada do contexto da infração e da aplicação da lei penal. [...]

Da análise dos autos, tem-se que, em juízo de cognição sumária, o Magistrado singular não apontou indícios concretos de como o ora recorrente, em liberdade, poderia colocar em risco a ordem pública – apenas dizendo que *a prisão preventiva deve ser decretada, como acertadamente manifestou o Ministério Público, em óbice à concessão de liberdade provisória, requerida pelas defensoras dos conduzidos. Ao revés, diante do auto de prisão em flagrante, sujeitam-se os autuados, em análise prévia, ao decreto de prisão preventiva como garantia da ordem pública, existindo prova da infração e indícios suficientes de autoria* (fl. 35) – carecendo, assim, o decreto preventivo de fundamento apto a consubstanciar a prisão.

Assim, tem-se que [...] *o Magistrado singular não apontou indícios concretos de como o paciente teria colocado em risco a ordem pública, tentado atrapalhar a instrução criminal ou se furtar à aplicação da lei penal, tecendo apenas considerações sobre a gravidade abstrata do delito, as consequências do crime para a sociedade, a periculosidade do paciente e apontando que, solto, pode intimidar testemunhas e prejudicar as investigações, carecendo, assim, de fundamento apto para determinar o acautelamento provisório* (HC n. 429.261/MG, de minha relatoria, Sexta

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe 30/9/2019).

Então, presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano, elementos indispensáveis à concessão da tutela de urgência.

Em razão disso, **defiro** o pedido liminar para assegurar ao recorrente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente recurso, salvo se por outro motivo estiver preso, podendo o Juiz singular determinar, ou não, o cumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão (art. 319 do CPP), desde que fundamente com indícios concretos a necessidade da medida.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações e cópias dos principais atos processuais, no prazo de 10 dias, ao Juízo de primeiro grau competente, quanto às alegações do presente recurso, devendo a solicitação ser acompanhada de cópias das razões recursais (fls. 3/18) e desta decisão liminar.

Após, com as informações, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator